

Associação Nacional de História – ANPUH
XXIV SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA - 2007

O Cronotopo e a Inserção da História na Narrativa de Dyonélio Machado

Márcia Helena Saldanha Barbosa*

Resumo: O trabalho propõe uma reflexão sobre o cronotopo no romance **O Louco do Cati** (1942), de autoria de Dyonélio Machado. Considerando-se, de acordo com o teórico russo Mikhail Bakhtin, que o cronotopo é a interligação das relações temporais e espaciais artisticamente assimiladas pela literatura e que é por meio desse elemento que a “realidade histórica” se introduz no romance, cabe examinar o modo pelo qual se processa o entrecruzamento do espaço e do tempo, e a representação da História, na ficção de Dyonélio Machado.

Palavras-chave: História e ficção - tempo e espaço - regimes ditatoriais.

Abstract: The present article offers a reflection on the chronotope in the novel **O Louco do Cati** (1945), by Dyonélio Machado. According to Russian scholar Mikhail Bakhtin, the chronotope is the interconnection of time and space relations artistically assimilated by Literature, and, therefore, it is by that element “historical reality” is introduced in the romance. Bearing that in mind, we examine how space and time interconnect, as well as how History is represented, through Dyonélio Machado fiction.

Key words: History and fiction - time and space - dictatorial regimens.

Em **Questões de Literatura e de Estética**, Mikhail Bakhtin (1988: 211-362) chama de cronotopo a interligação fundamental das relações temporais e espaciais, artisticamente assimiladas pela literatura. Mediante o emprego desse termo, o teórico russo procura expressar a indissolubilidade do espaço e do tempo. No cronotopo artístico-literário, entendido como uma categoria conteudístico-formal, ocorre, de acordo com Bakhtin, a fusão dos indícios espaciais e temporais num todo compreensivo e concreto:

Aqui o tempo condensa-se, comprime-se, torna-se artisticamente visível; o próprio espaço intensifica-se, penetra no movimento do tempo, do enredo e da história. Os índices do tempo transparecem no espaço, e o espaço reveste-se de sentido e é medido com o tempo. Esse cruzamento de séries e a fusão de sinais caracterizam o cronotopo artístico. (Bakhtin, 1988: 211)

O teórico russo (1988: 211-362) constata que, na literatura, o processo de assimilação do cronotopo – do tempo, do espaço e do indivíduo histórico real que se revela neles – tem fluído complexa e intermitentemente. É justamente o cronotopo, esclarece ele,

* Professora da Universidade de Passo Fundo, Doutor em Teoria da Literatura.

que define os gêneros e os subgêneros em literatura. Adverte, ainda, que nesta o princípio condutor do cronotopo é o tempo. Ao analisar os grandes cronotopos tipologicamente estáveis – a estrada, o castelo, o salão-sala de visita, a soleira -, os quais determinaram as variantes mais importantes do gênero romanesco nas primeiras etapas de sua evolução, Bakhtin ressalta o significado temático que possuem. Explica que o cronotopo é o centro organizador dos principais acontecimentos temáticos do romance; nele os nós do enredo são feitos e desfeitos.

O significado figurativo do cronotopo, em virtude do qual os acontecimentos do romance adquirem um caráter sensivelmente concreto ou “ganham corpo” também é enfatizado pelo teórico. O cronotopo fornece um terreno substancial à imagem-demonstração dos acontecimentos, graças à condensação e à concretização dos índices do tempo – tempo da vida humana, tempo histórico – em regiões definidas do espaço. O cronotopo serve de ponto principal para o desenvolvimento das “cenas”, configurando-se como centro da concretização figurativa do romance inteiro. Na literatura, explica Bakhtin, tudo o que é estático-espacial não deve ser descrito de modo estático, e sim incluído na série temporal dos acontecimentos representados e da própria imagem-narrativa. Dessa maneira, a imagem representa os fenômenos espaciais e sensoriais no seu movimento e na sua transformação, introduzindo no plano artístico do romance os momentos essenciais da realidade temporal e, “até um certo limite, histórica”.

A fim de refletir sobre a concretização dos índices do tempo em regiões definidas do espaço, examinando a inserção da história, por meio do cronotopo, no relato ficcional, procede-se à análise de **O Louco do Cati**, obra que Dyonélio Machado publicou em 1942, após ter sido libertado da prisão, onde permanecera, por motivos políticos, durante dois anos. O romance tem como protagonista um indivíduo permanentemente atormentado por recordações de fatos de sua infância, vivida em Quaraí, cidade gaúcha localizada na fronteira com o Uruguai: as prisões que testemunhou e que foram realizadas pelos homens do general castilhisto João Francisco Pereira de Souza; os comentários, por parte da mãe e da população em geral, sobre casos de tortura e morte ocorridos no quartel do Cati. O terror causado na personagem por tais acontecimentos é tanto que provoca o seu desequilíbrio mental.

No começo da narrativa, que se caracteriza pela ausência de linearidade, o Louco ocupa um lugar no bonde que o leva de um ponto a outro de Porto Alegre, cidade para onde se transferira ainda menino. No fim da linha, junta-se a um grupo de rapazes, com quem

inicia uma viagem em direção ao litoral gaúcho. A partir de então, as lembranças relacionadas ao Cati surgem para o personagem com mais força. Ele vivencia, sobretudo ao lado de Norberto, um de seus companheiros de jornada, situações de violência e repressão, patrocinadas pela ditadura de Vargas, que o levam a confundir o presente com o passado, o Estado Novo com o Cati. Norberto, um ativista político conforme se vem a saber posteriormente, separa-se do grupo, valendo-se da companhia do Louco para despistar a polícia, mas ambos são detidos em Araranguá e levados à Casa de Detenção do Rio de Janeiro. Depois de algum tempo, são libertados e passam um período de extremas dificuldades financeiras na Capital carioca. Norberto, para quem o Louco se tornara um incômodo, livra-se dele, fazendo-o embarcar num navio que o leva a Florianópolis. Essa é a primeira etapa da viagem de retorno que o rapaz realiza até o Rio Grande do Sul e que, por obra do acaso ou de forças misteriosas, culmina com a sua chegada ao Cati. O lugar que dera origem a tantos tormentos e alucinações já está em ruínas quando ocorre o reencontro. Entretanto, o mesmo se poderia dizer do protagonista, que perdeu, na fuga, sua integridade física e mental.

A obra **O Louco do Cati** revela, já nas suas primeiras páginas, que a viagem realizada pelo protagonista não tem como ponto de partida a cidade de Porto Alegre. Tudo começa em Quaraí, sua terra natal: ali ele embarca, “quase menino”, em uma diligência em direção à Capital, num clima de nervosismo e apreensão. Dos fatos que antecedem a travessia empreendida pela personagem e dos eventos que marcam o seu desfecho quase nada se sabe, pois as circunstâncias da saída do protagonista da cidade fronteiriça ficam pouco esclarecidas, e a sua chegada ao Cati, após uma grande “volta”, envolve uma série de acontecimentos estranhos. Sabe-se apenas que o protagonista, tendo sido vítima, em sua infância, do clima instaurado pela insana vontade de matar do general castilhista e de seus homens – e pelas histórias contadas a esse respeito -, torna-se, ele próprio, um “maluco”. Além disso, trata-se de um indivíduo cujos distúrbios mentais parecem ser agravados pelos atos de repressão que vivencia em companhia de Norberto, durante o Estado Novo, época em que se situa o presente da ação. Enfatiza-se, portanto, no caso do romance do escritor gaúcho, a idéia da loucura que gera e espalha loucura. O protagonista da obra é, antes de tudo, um homem assaltado pelo temor. Todas as palavras, imagens e fatos que lembram o Cati colocam-no em pânico, levando-o a gestos de desespero. É exemplar a cena em que o maluco foge para o meio do mato, ao acreditar que a hospedaria onde permanecem por algum tempo, em seu

deslocamento pelo litoral, é a prisão a céu aberto localizada no Cati, entre os municípios de Quaraí e Santana do Livramento:

- Isto! isto é o Cati!

A figura estranha bracejava na esplanada da frente da hospedaria, no centro da enorme esfera de luz da alvorada. Com o gesto apocalíptico abrangia a casa, os contrafortes, as dependências – que, na claridade da manhã, saíam do desenho apenas esboçado pela penumbra da véspera com um recorte militar mais vivo: eram, mesmo, redutos, quartel, casamatas. [...]

- É o Cati!...

A surpresa da “revelação” era tão intensa que lhe imobilizara os braços naquela atitude de crucificado. (Machado, 2003: 26)

Na Casa de Detenção do Rio de Janeiro, o Louco manifesta a mesma reação:

O grupo percorria um recinto todo atravancado de “instalações”: cozinha, lavanderia, etc. À sua esquerda, na parte que dava para uma das ruas, corria um enorme muro de proteção. Como a muralha duma posição fortificada – picotado de ameias, interrompido de trecho em trecho por pequenas casamatas, onde se divisava, àquela hora sombria, um perfil escuro com o seu fuzil, guardando a cidadela. Ao dobrar uma construção antiga, a “rua” por onde iam desembocava numa esplanada [...].

O maluco teve um movimento de fuga. Quis retroceder. Um dos guardas pôs-lhe a mão. Mas ele já soltava um grito:

É o Cati! Não me digam que não! [...]. (Machado, 2003: 93-94)

Desse modo, o protagonista empenha a sua vida numa fuga permanente, provocada pelos fantasmas do passado e pela polícia do governo Vargas, fuga esta que não o conduz, propriamente, a uma vitória. Na infância, dois elementos marcam sua vida, o clima de terror causado pela ação do general castilhista e a impossibilidade de falar sobre o medo que o oprime ou de reagir a esse sentimento com violência. Depois, já adulto, torna-se um indivíduo quase sem voz – é a onisciência do narrador que dá a conhecer seus pensamentos – e permanentemente deslocado, que afronta, a todo momento, os códigos da ordem social vigente. Ele transita como um “peso morto” num espaço em que se está “muito afanosamente criando uma ‘mentalidade de máquina’” (MACHADO, 1979: 189). Não tem nome, família, ocupação, endereço fixo, origem conhecida ou destino definido; é mal nutrido e veste-se com roupas que os outros lhe dão, além de possuir um dinheiro que não tem mais valor.

Convém destacar, no entanto, que é pela forma peculiar como o Louco opera com as categorias de tempo e espaço que a narrativa de Dyonélio Machado denuncia ou põe em xeque – e às vezes, ridiculariza - a ditadura de Vargas e o seu projeto político. De acordo com o romance, as estruturas de poder que, no Rio Grande do Sul, sustentam o coronelismo durante a época do general João Francisco, ainda na República Velha, continuam vigentes no

Estado Novo. A permanência dessas estruturas, além de ser sugerida pelo apagamento deliberado de datas, é evidenciada por meio da confusão desencadeada na mente do protagonista quando ele identifica determinadas semelhanças entre diferentes espaços físicos e, por consequência, entre dois momentos cronologicamente distintos. Para o Louco, o Cati sobrevive ou ressuscita nos diversos locais por onde circula, inclusive o Rio de Janeiro, que, durante a ditadura de Vargas, ainda era a Capital da República. O Cati, ou a Campanha, no romance de Dyonélio Machado, está em todo lugar, indicando que o regime de desmandos não é exclusividade de uma região do País ou de um período de sua história. Nesse caso, portanto, é a loucura do protagonista que, ao tornar possível um paralelo entre dois estágios temporais, revela a insanidade do Estado autoritário, cujos atos visavam à imposição da “ordem” por meio da violência e do crime. Detecta-se, assim, na percepção do Louco, um componente de lucidez ou “incompreensão polêmica” - para utilizar uma expressão de Mikhail Bakhtin (1998: 193-195) – que desvela o funcionamento da sociedade.

Outro elemento a merecer atenção é o fato de que as épocas focalizadas pela obra são associadas pelos personagens e/ou pelo narrador com o período medieval. No romance, vários são os traços que propiciam a vinculação de estágios distintos – o final do século XIX e a época do Estado Novo - com a Idade Média. Além de mencionar os poços medievais, onde eram jogados os pais e irmãos das mulheres que sofriam o ataque do exército do general castilista chamado de Hiena do Cati, Norberto descreve o próprio Cati dizendo que era “o Estado para aquela região”; um “Polvo”, que “apertava, arrastava, triturava. E durante anos, anos”. Depois completa: “Fez-se uma legenda real, verdadeira, de sangue, de morte, de terror feudal”. (MACHADO, 1979: 28-29)

Julga-se interessante chamar a atenção para o modo como Dyonélio Machado concebe o tempo e, conseqüentemente, os eventos históricos em **Memórias de um Pobre Homem**¹. Uma leitura apressada, atenta a passagens isoladas do texto em detrimento do conjunto, pode sugerir que vigora no relato uma concepção “cumulativa” e “finalista”, que adota o modelo do tempo como serialidade ou sucessão. De acordo com essa concepção, circulam, por entre os elos da corrente cronológica, forças causais, determinantes, que conduzem a uma justificação plena e final da História, levando a um estado necessário e superior da Humanidade, capaz de instaurar o reino da felicidade almejado através dos milênios. Trata-se de uma lógica progressiva e evolutiva na interpretação da História, que vê, no transcurso do tempo, uma cadeia dotada de sentido, uma seqüência marcada pelas noções de plenitude e de *telos*.

¹ Relato de memórias escrito pelo autor na década de 1970 e publicado, postumamente, em 1990.

De fato, em diversos fragmentos, Dyonélio Machado refere-se à existência de leis sociais semelhantes às leis da física; alude à marcha inexorável da sociedade e à fatalidade de certos eventos, o fim do imperialismo e o surgimento do socialismo, aparentando uma espécie de crença no tempo vetorial e no caráter finalista da História. Afirma o autor:

A tremenda condensação do capital, gerando como fruto último o imperialismo, estava-se processando com aquela fatalidade matemática que a iria conduzir a um ponto de ebulição [...] em que a única saída que as leis da física e da sociologia condicionavam era a transformação. [...] Noutros termos: o Socialismo. (MACHADO, 1990: 132)

Ao lado de tais observações, por meio das quais o escritor reafirma sua crença no “porvir”, é possível identificar, porém, no texto das *Memórias*, algumas reflexões que apontam, justamente, no sentido oposto. Em inúmeras ocasiões, Dyonélio Machado registra a sua percepção de que o tempo não transcorre linearmente, nem evolui num fluxo contínuo em direção ao futuro; pelo contrário: por vezes, o autor tem a impressão de que o tempo é circular ou anda para trás, pois os fatos se repetem e as condições sociais de uma época permanecem inalteradas por um longo período ou, então, retrocedem a um estágio anterior. O registro de tais sensações por parte do escritor estabelece um contraponto à concepção finalista da História, presente em outras passagens de seu próprio depoimento.

Ao comentar o movimento que a sociedade executa durante a “marcha da História”, Dyonélio Machado afirma que “um tropeço determina um alto temporário, às vezes um desvio, em certas ocasiões, que nem é bom lembrar, um retrocesso” (MACHADO, 1990: 132). Em outros trechos de seu relato, vai ainda mais longe, identificando semelhanças entre períodos cronológicos distintos e destacando a permanência de traços da Idade Média em fases posteriores da história do Rio Grande do Sul e do Brasil. Quando caracteriza a região fronteira do estado, onde nasceu, ele constata que a “atmosfera” que sorveu “ao vir ao mundo”, em 1895, pouco antes do final da Revolução Federalista era a de uma “tremenda luta” (MACHADO, 1990: 50). Tanto nessa época como no decorrer do século XX, detecta “lances duma Idade Média que não passou”. Em sua opinião, o sinal mais evidente da manutenção dessa atmosfera medieval e do “infantilismo” ou falta de amadurecimento da “Província” é a conservação do caudilhismo. Esse fenômeno o leva a concluir que o homem – leia-se, o gaúcho – vive “num estado semifeudal”. (MACHADO, 1990: 48-49)

Uma atmosfera semelhante a essa, o escritor reconhece na década de 1930, quando constata a existência de um regime arbitrário e discricionário no País, cuja vigência, em sua opinião, se estenderia, efetivamente, até a década em que escreve suas *Memórias*.

Quando comenta sobre o ato de instalação da Aliança Nacional Libertadora no Rio Grande do Sul, em julho de 1935, e destaca o aparato policial preparado para reagir diante do menor sinal de “sedição” dos membros da organização, Dyonélio Machado define a ditadura como “essa forma de governo que já hoje parece ser um produto natural e obrigatório da política brasileira” (MACHADO, 1990: 101-102). Assim, entender a história pregressa não se constitui num desafio, porque o passado, em verdade, não passou: “Não é difícil compreender uma época, embora distante, quando ela permanece atual. Ainda vivemos no mesmo ambiente social e político de então. De 35 a 71, ano em que escrevo, nada mudou; a não ser talvez pra pior. A pena de morte [...] está em pleno vigor”. (MACHADO, 1990: 101-102)

A menção à pena de morte é um modo de aludir ao afastamento de indivíduos e à dissolução de instituições cujos atos desagradassem ao governo central, constituindo-se, ao mesmo tempo, numa referência direta à “tecedura de violências” em que se transformara a “crônica política” brasileira. Para o escritor, as autoridades que ordenavam os crimes políticos “iam buscar no acervo da história” justamente aquilo que a maculava de forma indelével, a “degola” (MACHADO, 1990: 105-106), palavra que pode ser tomada no seu sentido literal ou figurado. A crença do autor na evolução da sociedade também é profundamente abalada com a instauração do fascismo em diferentes países. Esse fenômeno, no seu entendimento, mostra que a atmosfera medieval, a “barbárie”, extrapola os limites do território nacional, dominando o cenário mundial.

Ao que parece, Dyonélio Machado abdica de captar a “marcha incessante dos fatos”; em vez disso, evidencia a convivência de tempos distintos em um único período histórico, indicando momentos de ressurreição do passado. Essa sensação de retorno de uma época pregressa, explicitada na década de 1970, em seu relato de memórias, já estava presente em *O louco do Cati*, uma narrativa não linear, cujo protagonista desorganiza a série seqüencial dos eventos. Nessa obra, a indissolubilidade do tempo e do espaço realiza-se por meio da intersecção dos espaços e por intermédio da superposição de dois ou mais estágios temporais. A estrada, cheia de armadilhas e povoada pelas lembranças do protagonista, converte-se, para ele, numa prisão; a Casa de Detenção, por sua vez, possui corredores que mais parecem ruas. E são esses espaços que carregam as marcas de um tempo pretérito para dentro do presente.

Se, de acordo com Bakhtin, Dom Quixote “vai para a estrada para encontrar nela toda a Espanha” (BAKHTIN, 1988: 350), é possível afirmar, parafraseando o teórico russo, que o Louco vai para a estrada para encontrar nela o país do passado, no Brasil do presente. Nessa perspectiva, o fato de o Cati estar em ruínas quando o protagonista volta a seu local de

origem quase nada significa. A destruição desse espaço denota a passagem do tempo e o fim de um período histórico, mas a própria trilha que levou o personagem ao Cati - caminho por onde transitam a polícia e os seus auxiliares, e no qual sempre é possível deparar-se com um cerco - está aí para lembrá-lo de que a violência política e o autoritarismo podem ser reeditados a qualquer momento.

Referências Bibliográficas

BAKHTIN, Mikhail. **Questões de Literatura e de Estética**; a teoria do romance. São Paulo: Ed. UNESP; Hucitec, 1988.

MACHADO, Dyonélio. **O Louco do Cati**. 2. ed. São Paulo: Vertente, 1979.

_____. **Memórias de um Pobre Homem**. Porto Alegre. Porto Alegre: Instituto Estadual do Livro, 1990.